

UM HOMEM CONTRA UMA CIDADE

Paulo Alves – UFPB/PPGL
Wilma Martins de Mendonça - UFPB

Conjunção pior não poderia ter acontecido que a ocorrida entre a sociedade carioca da *Belle Époque*, de gosto frívolo e prática excludente, e o escritor Lima Barreto. Este, é bom que se frise, já que nessa relação tudo se desenrolará pelo prisma da cor, ao menos segundo sua ótica, mulato, de extração social pobre, aliava inteligência perspicaz à uma consciência aguda e reivindicatória; desconcertando a elite carioca que ousasse ouvi-lo. Sim, porque a maioria, por arrivismo ou temor, não lhe dava crédito. Fosse pela sua agressividade verbal, muitas vezes, expressa pela crítica acidulante, pela ironia desvelada e pelo sarcasmo caricatural puro e simples; fosse pelo arrivismo da sociedade que, considerando o lugar donde ele falava (do subúrbio), não o considerava; fosse ainda porque nem sempre “bem-nascer” coincide com inteligência, tampouco poder econômico, com cultura erudita e/ou bom-gosto.

Verdade é que muitos não o acompanhavam no raciocínio intelectual. Daí aumentar o cerceamento a ele causado pela inveja. Ora, se entrar em descompasso com a sociedade e ser por ela perseguido pode ocorrer a qualquer mortal, o que não aconteceria a um mulato, de extração pobre, sem graduação, por cima alcoólatra, e com potencial intelectual, que de fato o tinha e falava o que lhe vinha a têtpora? Deveria causar um ódio mortal às classes dominantes da capital federal de então. Pensa-se aqui que Lima Barreto representou para a sociedade brasileira, das duas primeiras décadas do séc. XX, o mesmo que Nietzsche representou para a sociedade alemã do séc. XIX ou Sartre, para a francesa do séc. XX, guardando as devidas proporções, é claro: inteligência percuciente, consciência aguda, crítica pertinente e impiedosa. Mas talvez, pelo viver desastroso, melhor fosse substituir o último por um Rousseau, que viveu ao léu na opulenta sociedade francesa do séc. XVIII, tendo por algoz mor o sádico Voltaire. Enquanto contra Lima havia toda uma sociedade tacanha, corrupta e de exígua inteligência, para quem inteligência e cultura nada valiam *in terra brasilis*. O que contava mesmo era “esperteza”, “puxa-saquismo” para a “cavação”. Por essa discrepância de valores, que geravam a incompatibilidade de vida, a sociedade o esnobava com fria indiferença. Ele nunca a perdoou, e criticava-a destilando toda sua

frustração: culpabilizando-a pelo desastre da cultura nacional, pelo amadorismo vicioso da política, pela miséria da população e também pelo seu *bovarismo*.

I – Considerações sobre as relações “coloradas” no Brasil

No Brasil, o racismo está em toda parte, mas não assumido; por esse recanto de mundo, o racista é um criminoso que oculta o cadáver, com a complacência da justiça. Isso, desde o início da escravidão negra no Brasil. Sobretudo, depois que se instituiu como estado “independente”. O monarca Pedro II, tido pelos lusófilos como um humanista, manteve o disparate da escravidão; seria assim um humanista maquiavélico: em que os fins justificam os meios. Se o fim era a riqueza e o conforto dos colonialistas invasores, então valia o vilipêndio e o assassinato de milhões de negros e nativos. Pelas escolhas de suas amizades dentre os diplomatas, aqui residentes, conclui-se seu grau de humanidade, Arthur de Gobineau era o diplomata estrangeiro a quem o monarca era mais chegado. E como bem lembra Schwarcz, este indivíduo “mais parece um sacerdote do racismo” (1993, p.64). Salvo se o Imperador fosse portador de uma humanidade seletiva, como, aliás, atualmente o mundo está repleto. Ao observar as palavras do próprio Gobineau, que classificava os brasileiros de degenerados e degenerantes, há de se dar razão à historiadora: “Uma população toda mulata, com sangue viciado, espírito viciado e feia a meter medo...” e ainda: “...e tudo isso produziu nas classes baixas e nas altas uma degenerescência do mais triste aspecto” (Apud Raeders, 1997, p.39). E para fechar a ideia dele sobre toda a população, mais um excerto. “Os brasileiros [...] todos mulatos, a ralé do gênero humano, e costumes condizentes” (Idem, p.77). Essa era a visão corrente sobre o brasileiro e o tratamento era coerente com a visão – porque tinha mistura com negro. Agora se pode imaginar como era visto e tratado o negro no Brasil. apesar de intelectuais e historiadores insistirem no humanismo de Pedro II.

Ainda no que concerne ao período do segundo reinado, vale ressaltar que fora um momento em que há uma segunda leva de preconceito e dessa vez lastreado pela “ciência” da época. Durante o séc. XIX foram criados uma série de Museus com pretensões científicas e motivação etnográfica.¹ Na mesma linha intencional foram

¹ No século XIX várias instituições de fomento à ciência são instaladas no Brasil, com o fito de civilizar o país, trazendo a ciência, que vigorava na Europa, até este país envolto em selva; na visão dos “beneméritos” civilizadores. O Museu Nacional ou Museu Real fundado em 1808; o Museu Paraense Emilio Goeldi, em 1966; o Museu Paulista ou Museu do Ypiranga, em 1894. Já em 1838 é fundado o

construídos no Brasil quatro Institutos Geográficos, duas Faculdades de Direito e duas Escolas de Medicina. Todas essas instituições calcadas na nova onda de racismo desembarcado por aqui, vindo – como sempre – da Europa. A historiadora Lilia Schwarcz, referindo-se ao início dessas ideias racistas, surgidas ainda no séc. XVIII, expressa-se da seguinte forma: “O discurso racial surgia, dessa maneira, como variante do debate sobre a cidadania, já que no interior desses novos modelos discorria-se mais sobre as determinações do grupo biológico do que sobre o arbítrio do indivíduo entendido como ‘um resultado, uma reificação dos atributos específicos da sua raça’” (1993, p.47). Assim, com a ajuda principalmente das Escolas de medicina, com seu método de frenologia e antropometria craniana, seguindo a linha de Lombroso², define-se, a partir de medidas cranianas e faciais, quem tem ou não propensão à delinquência; e, seria cômico se não fosse trágico, essas medidas coincidiam com a dos negros, cafuzos e mulatos. Estava naturalizada a diferença, abrindo caminho para a conceituação de raças. Dessa forma, começa haver uma discrepância entre o cronista do séc. XVI e o naturalista do séc. XIX. Este, além de narrar, classificar, ordenar, organizar, invocava a ciência como argumento da autoridade para justificar a inferioridade do outro, diante do Europeu. O cronista do séc. XVI, pelo sim pelo não, fazia parte de um mundo transcendentalizado, ao passo que o naturalista do séc. XIX vivia num mundo “cientificizado” e utilitarista. Assim, a ciência do séc. XIX que pretendia esgotar o conhecimento, prometendo dirimir todas as dúvidas humanas e conseqüentemente resolver os problemas do ser humano; na prática, aprofundou o fosso entre povos, raças e classes, escrevendo uma história de diferenças e desigualdades, tendo por base as doutrinas raciais do século XIX importadas diretamente da Europa (Cf. Schwarcz, 1993, p.43).

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; em 1862 é vez do Instituto Archeológico e Geográfico Pernambucano; fechando o círculo dos institutos, em 1894 funda-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. A Academia de Direito de São Paulo fora criada em 1828; no mesmo ano, 1828, ocorre a inauguração da Faculdade de Direito do Recife, que fora inicialmente instalada em Olinda, transferida então para o Recife em 1854. Quanto às escolas de medicina, em 1808 é criada a da Bahia com o nome de Escola de Cirurgia da Bahia, para só em 1832 receber o nome de Faculdade de Medicina da Bahia; ainda em 1808, mas já no final, é assinada a Carta Régia que instituiria a criação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com o nome de Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia e instalada no Hospital Militar do Morro do Castelo.

² Cesare Lombroso (1835-1909), psicopatologista e criminologista italiano, cujo conjunto de teorias relaciona o comportamento dos que cometem delitos com as características físicas dos criminosos e, em conseqüência, preconiza a possibilidade de um tratamento médico da criminalidade. Uma das primeiras tentativas de explicar o crime em termos não morais ou sociais. No Brasil essas ideias foram seguidas pelo médico legista Nina Rodrigues.

Este é o clima que reina no Brasil, na segunda metade séc. XIX e início do séc. XX, agudizando-se com a abolição oficial da escravidão, o que contribui para, de mais a mais, o preconceito racial se arraigar na sociedade. Agora o racismo não é só uma questão de preferência ou um sentimento, (gosto ou não de negro); nem uma visão religiosa (se o negro tem alma ou não), mas é uma “verdade” produzida pela “ciência”, tacitamente aceita e, como tal, posta em prática nas relações sociais e atos oficiais. É nesse ambiente que Lima Barreto nasce, forma-se e produz sua obra. Possuído pelo desejo de liberdade, sede de justiça e atravessado por espírito libertário e contestatório, não podia passar ileso terreno tão adverso, nem produzir medíocre e conformista literatura. Mas toda a sua produção, sem deixar de ser artística, constitui-se um libelo contra os espíritos miúdos que formavam a sociedade tacanha do seu tempo.

II – Como Lima Barreto via a relação negros x brancos na sociedade do seu tempo

Se há uma coisa que aborrecia sobremaneira a Lima Barreto era a cultura do arrivismo parvo com fumos de aristocracia, em detrimento da meritocracia, que imperava no Brasil neorrepúblicano. E, diga-se de passagem, também nesse ponto o Brasil não mudou muito, desde o séc. XIX. Na qualidade de homem inteligente, constituindo-se um ser bem a frente do seu tempo e apesar da *consciência possível*, a que está sujeito o indivíduo pensante e agente, isto é, a limitação imposta à inteligência pelo tempo e pelo espaço, alegada por L. Goldmann (1972, p.107); e além de ser um espírito, liberto de egoísmos e na condição de artista, de consciência aguda, pode-se mesmo atribuir-lhe a definição de artista de Novalis, para quem o artista é uma espécie de olho e de farol da sociedade, ou seja, ele vê aquilo de que os comuns não se apercebem e também aponta os possíveis caminhos a seguir, não raro, os corretos: “O artista se eleva acima da humanidade, como a estátua num pedestal” (1987, frag.36, p.81). Lima Barreto fora uma espécie de antena “decriptadora” da realidade social, para a grande massa que não se apercebia do que acontecia no cotidiano político-social.

Diante dessa realidade social e equacionando-a com o seu *bovarismo*, que segundo ele, era consequência da viciada prática política e social (DI,1956, p.96³;

³ As notas concernentes às obras de Lima Barreto, só na primeira vez em que aparecerem trarão o ano de publicação; a partir da segunda, apenas serão identificadas pelas abreviaturas e págs. Assim, DI=**Diário Íntimo**; IL=**Impressões de Leitura**; VU=**Vida Urbana**; BG=**Bagatelas**; IC=**Recordações do escrivão Isaías Caminha**; FM=**Feiras e Mafuás**; HS=**Histórias e Sonhos**.

Barbosa, 1975, p.140). Ele estruturou (ou desestruturou, como se quiser ver) sua vida e pensou sua produção literária. Ao escrever, mesmo ficcionando, refletia sua dor e a dor daqueles que, como ele, era vítima de políticos corruptos, inescrupulosos e negligentes intencionalmente, e de uma elite igualmente corrupta e gananciosa. Não significa que, por essa compleição de vida, não produzisse arte, mas como toda arte que se presa é oriunda da vida. De acordo com Antonio Candido:

Para Lima Barreto a literatura devia [...] dar destaque aos problemas humanos em geral e aos sociais em particular, focalizando os que são fermento de drama, desajustamento, incompreensão. Isto porque no seu modo de entender ela tem a missão de contribuir para libertar o homem e melhorar a sua convivência. Assim, talvez o Lima Barreto mais típico seja o que funde problemas pessoais com problemas sociais, preferindo os que são ao mesmo tempo uma coisa e outra – como por exemplo a pobreza, que dilacera o indivíduo, mas é devida à organização defeituosa da sociedade; ou o preconceito, traduzido em angústia, mas decorrendo das normas e interesses dos grupos (1989, p.39).

Pois, segundo o mesmo Antonio Candido:

Sabemos, ainda, que o *externo* (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*. [...] Quando isso se dá, ocorre o paradoxo assinalado inicialmente: o *externo* se torna *interno* (2000, p.4-7, grifos do autor).

O próprio Lima diz que literatura é para isso mesmo, associar a realidade objetiva (o externo) e a realidade subjetiva (o interno), transformando-as em comunicação, de modo que transmita às pessoas a realidade humana dentro da político-social. (IL, 1956, p.62). Para conscientizar a sociedade e sugerir mudanças no quadro social. Em se tratando da consciência de Lima Barreto, no que tange às relações raciais no Brasil, é mister partir da relação dele enquanto negro com a sociedade e de como ele representou em sua obra essa relação. E deve-se partir sempre de um desabafo deixado escapar num momento doloroso de sua vida, em seu diário. “É triste não ser branco” (DI, p.130). Esta frase, registrada no dia 24/01/1908, vem contextualizada numa situação constrangedora e corriqueira para o negro no Brasil. Ela vem como corolário da situação que se segue: “Fui a bordo ver a esquadra partir. Multidão. Contato pleno com meninas aristocráticas. Na prancha, ao embarcar, a ninguém pediam convite; mas a mim pediram. Aborreci-me. Encontrei Juca Floresta. Fiquei tomando cerveja na barca e saltei”. Essa é uma prática de racismo institucionalizada no Brasil, que tem como objetivo afugentar os negros dos lugares frequentados por não-negros onde a presença

de negros não é aceita. Ao lado do racismo através do olhar esse é o tipo de racismo mais praticado. Esta forma é sutil e devastadora. E só quem é negro sabe o que isso significa. Como diria o velho e sempre bom Caetano Veloso, na canção *Dom de iludir*: “Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é”.

A obra de Lima Barreto é perpassada pelo prisma da cor. Pudera, ele teve a vida destroçada por esse fenômeno e conhecia muito bem a realidade dos suburbanos negros, seus vizinhos e parceiros de sorte. Dois dos seus romances tratam diretamente da questão racial *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* e *Clara dos Anjos*. Já em *Os Bruzundangas* ele aborda de forma sarcástica o fato de os negros serem descaradamente preteridos nos postos de empregos ainda que sejam muito mais competentes que os não-negros. Aqui tomaremos como exemplo excertos do *Isaías Caminha*. As relações raciais ali são tão cruas quanto na sociedade. O protagonista homônimo é mulato e bastante susceptível à sua condição étnica. Nas ocasiões em que é tratado de mulato, não conseguia se controlar indo às lágrimas. O personagem projetando o futuro diz de si para si: “Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante e omnímido da minha cor...” (IC, 1961, p.53). Mais a frente conta como ouvira ser tratado e em seguida comenta: “– E o caso do Jenikalé? Já apareceu o tal mulatinho? Não tenho pejo de confessor hoje que quando me ouvi tratado assim, as lágrimas me vieram aos olhos” (IC, p.110). Noutra passagem, ele narra que ao ser interrogado pela polícia esta se espantou quando ele disse ser estudante. “– O Senhor é o moço do Hotel Jenikalé? – Sou um deles. – Qual é sua profissão? – Estudante. Houve algum espanto na sua fisionomia deslavada. Conteve-se e continuou a perguntar” (IC, p.111). E noutro trecho descreve com realismo impressionante as atitudes racistas à brasileira. “Na viagem, vira-as manifesta-se; no Laje da Silva, na delegacia, na atitude do delegado, numa frase meio dita, num olhar, eu sentia que a gente que me cercava, me tinha numa conta inferior” (IC, p.124). No Brasil é assim, o negro sabe que é, olhado de soslaio, visto como inferior, posto à parte. Mas ele só percebe, porquanto ninguém lhe diz, salvo se for um desafeto. E assim ele é obrigado a flutuar psicologicamente num mundo de paranoia.

Em *Os Bruzundangas* o autor satiriza a sociedade brasileira sob o rótulo de um país longínquo expondo todas as mazelas, todos os vícios, toda a corrupção. Falando de um tal Visconde de Pacome, Ministro de Estrangeiros, ao que tudo indica era uma sátira ao todo-poderoso Barão do Rio Branco, chefe do Itamarati. Descrevendo a maneira de

pensar e agir deste, afirma: “Uma das suas quizílias era com os feios e, sobretudo, com os bruzundanguenses de origem javanesa – coisa que equivale aqui aos nossos mulatos” (BZ,1985, p.99). E retomando o tema mais a frente: “Quando, porém, se diz lá fora que, na sua população há milhões de javaneses e mestiços deles (o que é verdade), imediatamente todos se aborrecem, zangam-se, lançando tristemente o labéu de vergonha sobre os seus compatriotas de tal extração” (BZ, p.102). Em seguida o autor põe a nu os expedientes espúrios utilizados para viciar concursos com o fito de impedir que os negros ascendam aos postos de empregos públicos.

A sua atrapalhão estava na tal história do concurso, pois até ali, devido a tão tola formalidade, não conseguira ter nos cargos de amanuenses moços bonitos e demais, para fazer concursos, sempre apareciam uns rebarbativos candidatos de raça javanesa, com os quais ele embirrava solenemente. Da última vez, até quase que um atrevido javanês puro consegue o primeiro lugar, tal era o brilho de suas provas; Pacome, porém, arranjou as cousas tão lealmente diplomáticas que o rapaz perdeu a última prova (BZ, p.104).

Essa é a forma, como o negro é tratado na sociedade brasileira até o presente momento, a despeito do inconformismo de muitos negros, de movimentos e grupos de proteção aos negros, de leis promulgadas pelos diretos dos negros. Acontece que as leis estão no papel e não no interior, na consciência dos indivíduos (se é que eles a têm). O mais doloroso e cruel é ver pessoas da lei, de movimentos antirracistas discriminando, aqui intelectuais e profissionais que se especializaram em cultura negra e vida dos negros e ganham a vida falando de negros, também discriminando: sendo contra as cotas universitárias e a todo tipo de ações afirmativas e a qualquer evolução da cultura e do elemento negros. Muita gente ainda vive e enriquece da sanzala.

III – As relação de Lima Barreto com a sociedade

A relação de Lima Barreto com a sociedade foi sempre conflituosa, conturbada. Se se utilizasse uma metáfora para representá-la seria uma guerra sem trégua em que ela a princípio vencera, mas ele caiu de pé, entrincheirado, onde gastou seu último cartucho. Segundo Alves, “Por um lado, a sociedade o afugentava sempre para mais distante, por outro, ele deixava sangrar suas mágoas transformando-as em bílis acérrima, lançando-a sobre a elite, contra quem a ironia tornava-se sarcasmo e a crítica em estereótipo” (2009, p.105). Ela o atingia mortalmente através da indiferença. Segundo ele, era o tipo de crítica que mais o feria. “A única crítica que me aborrece é a

do silêncio” (HS, 1956, p.29). E ele a agredia constantemente através da ironia ou mesmo do sarcasmo. A parvoíce dos poderosos era seu prato preferido. A sociedade era para ele um misto de má-fé e desonestidade.

Passou a vida denunciando os desmandos dos poderosos e alertando a população. “Em seus escritos, há sempre uma nota de lamento de protesto, quando não de forma direta beirando o panfleto, de maneira implícita”. E mais ainda, “É assim em seus romances, contos, notas pessoais; mas de forma mais incisiva nos artigos e crônicas que disseminou na imprensa carioca” (Alves, 2009, p.106). A sua dor era imensa, a ponto de afirmar “A ironia vem da dor” (IL, p.271), ou seja, todo aquele arsenal de ironias cortantes e sarcasmos estereotipantes provinham de uma ferida profunda, que talvez nem ele mesmo soubesse a profundidade da mesma.

O sentimento que tingia cada palavra que escrevia ou pronunciava era da injustiça de que era vítima, ele e toda a sociedade brasileira. Transformando sua pena em arma de ataque, o jornal ou romance em campo de luta, denunciava as apropriação indébita do pecúlio público e exigia moralidade na coisa pública. Para isso, nunca lhe faltou coragem a ponto de afirmar: “Eu não me canso nunca de protestar. Minha vida há de ser um protesto eterno contra todas as injustiças” (VU, 1956, p.140). E um dos problemas contra o qual ele não se cansou de protestar foi o manto de sacralidade com se envolvia o doutor. Que era a abertura para se conceder a esses seres “diferenciados” todos os direitos e regalias em detrimento de toda uma sociedade que trabalhava para pagar o luxo desse grupo de marajás. O próprio Lima afirma e com razão que “no Brasil o doutor é um flagelo” (VU, p.91). Ele não hesitava em tomar a defesa dos pobres, tivesse de enfrentar fosse quem fosse: de políticos a negociantes, passando pela então toda-poderosa Igreja Católica. Segundo ele, no Brasil solapou-se ao povo inclusive o direito de dizer tolices. “Nas nossas democracias sul-americanas, sequiosas todas de medalhas e considerações. Os poderosos não deixam aos humildes nem o direito de dizerem tolices em prosa e verso. Eles o tomaram também para si” (BG, 1956, p.209). Na passagem seguinte, ele se levanta contra a Igreja que, nos seus impulsos moralistas castradores, queria proibir ao povo de frequentar os ‘mafuás’. “Toda aquela humilde gente que lá se acantona da melhor maneira possível, fustigada pelo látigo da vida, durante toda a semana, encontra no domingo de ‘mafuá’ um derivativo da alegria e consolação para as suas mágoas, necessidades e tormentos morais” (FM, 1945, p.23).

Lima não perdoava deslize social. E para perceber grandes faltas nem precisaria ficar muito atento, a cupidez estampava-se na desordenação da sociedade. Uma metáfora usada por ele revela eloquentemente a realidade social e sua visão da mesma. “A sociedade brasileira era um sarcófago de mármore, ouro e pedrarias, em cujo seio, porém, o cadáver mal embalsamado de povo apodrecia e fermentava”. Para efeito de comparação com a passagem acima, um texto jornalístico de sua lavra, retratando a corrupção cínica que se pratica no Brasil e nem se preocupam em camuflá-la.

Cobriram a nossa gente de injustas buscatinas, às vezes em duplicada, fizeram crescer os desfalques com o exemplo de suas dilapidações aos cofres públicos, inventaram obras suntuárias nas cidades, custando elas o dobro, o triplo, o quádruplo, para endinheirar parente a apaniguados; tudo encareceu com a criação de indústrias artificiais mantidas sob exorbitantes taxas alfandegárias, para afastar à concorrência similares estrangeiras, taxas estabelecidas como intuito preconcebido de enriquecer meia dúzia de condes de arribação, de comendadores de São Tiago, de egressos de foro e da clínica, mas com boas relações no Congresso e nos salões arquiburgueses (BG, p.294).

A partir desses excertos, percebe-se que Lima Barreto constitui-se uma consciência aguda que notava os problemas, conhecia a origem dos mesmos e atinava as consequências. Pode-se dizer que nele a crítica nacional teve seu ponto alto, era-lhe característico da sua pena a clareza, a sinceridade e a imparcialidade. Contudo aqui e ali se identifica alguns laivos de personalismo, um carrego nas tintas, por conta da indiferença que a sociedade lhe direcionava e que o irritava. Mas em geral, ele um tradutor da sociedade. Seu biógrafo, Francisco de Assis Barbosa, afirma: “o crítico brasileiro parece escrever sempre possuído pelo demônio e não pode deixar de declarar-se amigo ou inimigo, mesmo que o paciente seja vivo ou morto” (IC, p.26). O que não se observa em Lima. Mesmo os seus desafetos declarados são tratados impiedosamente com sarcasmo, mas seus senões são identificados objetivamente. Os dois homens mais criticados por Lima foram Coelho Neto e Miguel Calmon. O primeiro ele veio a conhecer já no meio literário, mas do segundo ele teve o desprazer de tê-lo como colega de estudos na Escola Politécnica e foi vítima do seu racismo.

Tudo indica que é dessa realidade que nasce ou se desenvolve seu sarcasmo. Essas atitudes sarcásticas nada mais eram que uma defesa da sociedade agressivamente preconceituosa. Desde a adolescência quando, estudando na Escola Politécnica, fora convencido por um seu colega (Basto Tigre) a colaborar com um jornalzinho de

estudante *A Lanterna*. Ainda seu biógrafo informa: “Na sua secção d’*A Lanterna* resolvera trocar o pseudônimo. Assina-se agora, Momento de Inércia. Traça o perfil de colegas e lentes com azedume. A pena é ferina. O sarcasmo já brilha nas suas crônicas”. E conclui: “É a reação contra o meio que começa a se processar de modo inevitável” (BARBOSA, 1975, p.83). Como se percebe, a reação foi mesmo inevitável. E o fosso entre Lima e a sociedade só se aprofundou. E esta sociedade se revelou em miniatura na Politécnica. Foi lá onde sofrera os primeiros constrangimentos por ser negro, foi lá onde se deu conta da enorme diferença social entre ele e os filhos dos endinheirados. E foi ainda lá que fora reprovado repetidas vezes, na mesma disciplina, [Mecânica Racional] pelo professor Licínio Cardoso (Idem, p.83). “Preto, pobre, tinha de ser reprovado sempre. Sentia-se assim, cada vez mais humilhado” (Idem, p.96). Diz seu biógrafo.

Dois exemplos de acontecimentos tendo como centro Lima Barreto, ainda na sua adolescência, quando aluno da Politécnica, tendo por protagonistas colegas de curso, dão a justa medida de que o problema não era dele para com a sociedade, ele apenas se defendia como lhe era possível, mas era da sociedade para com ele, por se negro. O primeiro diz respeito ao seu nome. Como tinha prenome duplo, Afonso Henriques, coincidindo com o do primeiro rei de Portugal responsável pela restauração. Um colega novato, Eduardo Jacobina, teria feito o infeliz comentário ao secretário da Escola, Sousa Ferreira: “Veja só! Um mulato ter a audácia de usar o nome do rei de Portugal” (Idem, p.88). O tal Jacobina com a cabeça de colonizado concluía que o rei de Portugal por ser europeu e branco era melhor de que um brasileiro mulato. O segundo episódio não se tem claro o que ocorrera, apenas referências. Sabe-se que Lima sempre evitava Miguel Calmon, por este ter lhe tratado com desprezo (Idem, p.90).

Um terceiro fato mostra a concepção da sociedade que o escritor já tinha introjetado. Por isso, compreende-se todos os recursos psicológicos que ele desenvolvera para defender-se de seus ataques. Certa noite por falta de céu não se pode executar o exercido prático de astronomia. O grupo de estudantes saiu pela ru; sabendo que havia ensaio da ópera *Aida*, no Teatro Lírico combinaram fazer uma estudantada, isto é, pular o muro e assistirem-no de graça. Todos o fizeram, salvo Lima. Fora para casa sozinho e mais tarde um colega ao chegar questionou sua atitude ele respondeu o seguinte: “Ah! Vocês, brancos, eram ‘rapazes da Politécnica’. Eram ‘acadêmicos’. Fizeram uma ‘estudantada’... Mas eu? Pobre de mim. Um pretinho. Era seguro logo pela polícia. Seria o único a ser preso” (Idem, p.91-2). Se isso não ocorreu, ainda é fato.

O fato é que Lima Barreto nunca perdoava qualquer deslize ou assunto que envolvesse os dois. Menos o Jacobina por ter ido mora longe e não ficara famoso. Mas Neto e Calmon que eram figuras incensadas na elite da época. Lima não perdia uma só oportunidade para espicaçar-lhe a parvoíce, a presunção e o oportunismo de que eles eram mestres. Segundo ele, eram pessoas que não tinham competência, nem profundidade de espírito, mas pelo método da bajulação e do tráfico de influência eram tidos como os grandes intelectuais e políticos do Brasil. Talvez em escala menor, possa-se traçar um paralelo com o falso mito que criaram com Rui Barbosa, que não era tão culto assim, como se decanta ainda hoje; muito menos, a consideração e respeitabilidade dos países estrangeiros que se diz, e eticamente era um maquiavélico; sem falar no episódio do Encilhamento.

Várias das suas crônicas versam sobre temas envolvendo os dois. Sobre Calmon ele produz umas das melhores tiradas sarcásticas de sua obra. Na crônica "Método confuso" escreve: "Calculem se o doutor Miguel Calmon [...] põe no papel, segundo o aludido método, toda a sabença dele, no tocante à agricultura intensiva – que maravilha não havia de ser?" (FM, p.101). Nessa passagem critica a sociedade brasileira tida como intelectual, que não entendia de nada sobre métodos científicos e de quebra escarnecia da ignorância de Calmon que por essa época era ministro da agricultura. Na crônica "O ideal de Bel Amim", volta à carga contra Calmon, que fora escolhido para reger o primeiro curso de Estudos Brasileiros na Universidade de Lisboa. Dispara ele: "Calmon, conheço-o muito bem [...]. Desde cedo tomou ares de solenes e idiotas, para impressionar toda a gente [...]. Passou a ser tido como gênio, e não era difícil de admitir nele, em virtude de um fraque rabudo e duns precoces cabelos brancos". Logo em seguida vem o sarcasmo: "Formou-se e foi para a Bahia. Lá o fizeram lente, geômetra, geólogo, epigrafista, numismata, parteiro, aviador, escafandro; e depois o mandaram a Java, estudar o café" (FM, p.179). Neste último texto, a crítica é acérrima a este mau hábito brasileiro de endeusar os que são de família rica; por qualquer estudozinho que tenham são alçados a sábio supremo. Na crônica "Carta fechada" diz: "Nem o Calmon que se fez agora cadete, para ver se arranja um lugar de ministro de qualquer cousa..." (VU, p.118-9). Na crônica "Estudos Brasileiros", dispara: "o Senhor Miguel Camon, professor de cálculo na Bahia e cadete de linha de tiro aqui, devida às profundas provas que deu, de saber cultivar batatas em quintais burgueses, foi escolhido para professor da Universidade de Lisboa". Em seguida, joga a pá de cal na ABL, instituição que o

desprezava e ele a ridicularizava sempre que podia. “A escolha foi feita pela academia de Letras que, como se sabe, primou sempre nas suas escolhas” (VU, p.56). Na crônica “Lavar a honra, Matando?”, faz pouco caso da inteligência de Calmon. “Não há país algum em que, tirando-se à sorte os nomes de doze homens, se encontre dez de inteligentes; e o Brasil que tem os seus expoentes intelectuais no Aluísio de Castro e no Miguel Calmon, não pode fazer exceção à regra” (VU, p.129-130). Na crônica “Linhas de tiro” ele ironiza de forma banal seu desafeto. “Quando vi o doutor Calmon, todo fardadinho de atirador, muito pimpão na avenida, disse cá com os meus botões: isto deve ser uma moda nova de vestuário masculino; não pode ser outra coisa” (VU, p.198). Essas citações envolvendo esse personagem demonstram que Lima não alimentava bons sentimentos para com ele.

No que diz respeito a Coelho Neto ele não perdia uma oportunidade de atingi-lo. Falando sobre o futebol que era um dos motivos de birra do escritor, ele ironiza: “De acordo com tais vistas muito gregas, o Senhor Coelho Neto está trabalhando para incorporar o *football* à liturgia de algumas das religiões modernas, certamente à da Católica Romana” (FM, p.79). Realmente, se em pleno séc. XXI há quem torça o nariz para o futebol, o que se dizer no início do séc. XX momento em que o futebol ensaiava os primeiros passos, digo, chutes. Um modo de diversão tida como elitista num país de analfabetos e miseráveis. Mesmo hoje, o tal esporte não se coaduna bem com a intelectualidade: tudo nele é à base do “chute”!

Outro ponto de discórdia entre Lima e Neto era a obsessão deste pela acultura grega; sobre o que aquele não poupava crítica. “O Senhor Coelho Neto, porém, não se liberta do seu postulado grego e daí deduz tudo com uma força de lógica inqualificável. [...] com aquela sua ênfase habitual de um ‘ar’ de quem está em transe, possuído de uma divindade oracular qualquer...” (FM, p.80). A crítica era pelo fato de que Coelho Neto não sabia lidar bem com a cultura que mal conhecia através de livros escritos por não-gregos. Assim, findava por passar uma ideia falsa do grego e deturpada da literatura que deduzia de postulados inválidos.

O Senhor Coelho Neto é o sujeito mais nefasto que tem aparecido no nosso meio intelectual. Sem visão de vida, sem simpatia por ela, sem vigor de estudos sem um critério filosófico ou social seguro, o Senhor Neto transformou toda a arte de escrever em pura *chinoiserie* de estilo e fraseado. Ninguém lhe peça um pensamento, um julgamento sobre a nossa vida urbana ou rural; ninguém lhe peça um entendimento mais perfeitos de qualquer dos tipos da nossa população: isso, ele não sabe

dar. [...] Coelho Neto fossilizou-se na bodega do que ele chama etilo, música do período, imagens peregrinas e outras cousas que são o cortejo da arte de escrever, que são os seus meios de comunicação, de sedução, mas não são o fim próprio da literatura. Os estudos do Senhor Coelho Neto sempre foram insuficientes; ele não viu que um literato, um romancista não pode ficar adstricto a esse aspecto aparente de sua arte ele nunca teve a intuição de que era preciso ir mais além das antíteses das comparações brilhantes (IL, p.189).

Todas essas críticas ácidas em relação a esses dois personagens, que eram tidos como muito importantes na sua época, revelam duas coisas fundamentais: que através desses dois indivíduos, além de destilar a bílis que tinha contra eles por terem-no prejudicado, Lima combatia os maus vícios e a corrupção de toda uma sociedade. E através desse espelho percebe-se que essa sociedade o feria na alma constantemente, tão profundamente que em momento algum ele se sentia livre desse espinho que o aguilhoava; nem quando se entregava à arte para transcender este plano terreno e recriar mundos artisticamente possíveis.

Referências

ALVES, Paulo. **A farpa e a lira**: uma análise sócio-literária a partir de Cruz e Sousa e Lima Barreto. Dissertação de Mestrado. Apresentada no Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2009.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975.

BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. São Paulo: Ática, 1985.

-----. **Diário Íntimo**. São Paulo: Brasiliense, 1956.

-----. **Feiras Mafuás**. São Paulo: Brasiliense, 1956.

-----. **Histórias e Sonhos**. São Paulo: Brasiliense, 1956.

-----. **Impressões de Leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1956.

-----. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

-----. **Vida Urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1956.

CANDIDO, Antonio. Os olhos, a barca e o espelho. In -----. **A educação pela noite e outros ensaios**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

CANDIDO, Antonio. Crítica e Sociologia. In -----. **Literatura e Sociedade**: estudos de teoria e história literária. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

GOLDMANN, **Dialética e Ciências Humanas I**. trad. João Arsênio Nunes. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

NOVALIS. **Teorias poéticas do Romantismo**. trad. Luiza Lobo. Rio de Janeiro: UERJ, PROED, 1987.

RAEDERS, Georges. **O conde de Gobineau no Brasil**. trad. Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.